

DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM TERRAS INDÍGENAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: AS ESTRATÉGIAS DO Povo GAVIÃO LIDAR COM O LIXO NA AMAZÔNIA

Airton Alves de Lima¹
Francarlos Diniz Ribeiro²
Maria Raimunda Chagas Silva³
Diogo de Almeida Viana dos Santos⁴
Maycon Melo⁵

Resumo: O objetivo deste artigo é descrever o modo como os Gavião realizam o manejo de resíduos sólidos dentro da Terra Indígena Governador. Trata-se de um estudo etnográfico, realizado por meio da observação participante e aplicação de questionários com professores indígenas e anciões. O descarte de resíduos sólidos esteve relacionado com períodos de proximidade e de afastamento da cidade, exigindo práticas específicas de manejo. A Gincana do Meio Ambiente, organizada pelos professores da escola indígena, integrou conhecimentos científicos e tradicionais voltados a conscientização relativa aos resíduos descartados. Refletir sobre o manejo de resíduos dos Gavião nos permite pensar nossos problemas com o lixo e a vida humana no planeta.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos; Terras Indígenas; Educação Ambiental; Amazônia.

Abstract: The objective of this article is to describe how the Gavião people carry out solid waste management within the Indigenous Land of Governador. This is an ethnographic study, carried out through participant observation and application of questionnaires with indigenous teachers and elders. Solid waste disposal was related to periods of proximity to and away from the city, requiring specific management practices. The Environmental Gymkhana, organized by the indigenous school teachers, integrated scientific and traditional knowledge aimed at raising awareness about discarded waste. Reflecting on the waste management of the Gavião people allows us to think about our problems with waste and human life on the planet.

Keywords: Solid Waste; Indigenous Lands; Environmental Education; Amazon.

¹Universidade Ceuma. E-mail: airtonlima65@yahoo.com.br,

²Universidade Estadual do Maranhão, Universidade Ceuma. E-mail: francarlos159@gmail.com.

³Universidade Ceuma. E-mail: marirah@gmail.com

⁴ Universidade CEUMA, Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: diogo.santos@ceuma.com.br

⁵ Universidade Ceuma. E-mail: mayconmelodoc@gmail.com

Introdução

Os produtos industrializados derivados do petróleo, que não se deterioram com o tempo, há muitos anos estão dentro das florestas e das Terras Indígenas, tornando-se um problema aos povos indígenas e exigido formas de se lidar com o lixo vindo da cidade (ARISI; CANTERO, 2016). As alterações causadas nos modos de vida dos povos originários criaram uma dependência de mercadorias industrializadas, que por sua vez têm aumentado entre os indígenas no decorrer dos anos (GORDON, 2016), levando cada vez mais plástico e resíduos sólidos para dentro das Terras Indígenas.

A partir de uma abordagem antropológica dos resíduos sólidos (COLOMBIJIN; RIAL, 2016), acreditamos que pensar sobre diferentes capacidades humanas no manejo com o lixo possibilita criar novas formas de pensar as sociedades pós-industriais e as desigualdades sociais que incidem sobre a vida humana no planeta. Nesse sentido, o foco desse artigo recai sobre o povo indígena Gavião Pyhcop Catiji, falantes do tronco linguístico Macro-Jê e identificados enquanto povos Timbira (NIMUENDAJU, 1946).

Os Gavião vivem na Terra Indígena Governador, na porção amazônica do Estado do Maranhão, e têm convivido com os efeitos negativos do desmatamento e fogo em suas terras, sendo estas a grande pauta de suas lutas (MELO; MILANEZ, 2017). No entanto, a geração de resíduos sólidos promovida pelos próprios indígenas tem preocupado lideranças, anciões e professores indígenas das aldeias.

Nos últimos anos o consumo de derivados do petróleo tornou-se cada vez mais presente na vida do povo Gavião, assim como o descarte de resíduos sólidos no interior das aldeias. No entanto, os Gavião têm buscado formas de fazer a gestão destes resíduos sólidos e, ao mesmo tempo, de conscientizar as crianças e toda comunidade com ações de Educação Ambiental desenvolvidas nas escolas do território. De acordo com Fernandes (2018), a Educação Ambiental tem a missão de promover boas relações entre o homem e o meio ambiente, pois estimula atitudes positivas com estratégias que promovam responsabilidade, compreensão, sensibilização e responsabilidade cultural com o meio biofísico.

O objetivo deste artigo é analisar o modo como os Gavião realizam o manejo de resíduos sólidos dentro da Terra Indígena Governador, bem como as estratégias de Educação Ambiental implementadas nas escolas indígenas do território voltadas a conscientização sobre o lixo.

A discussão deste artigo é derivada da pesquisa etnográfica (PEIRANO, 2014) com o povo Gavião (TI Governador), realizada na Aldeia Governador. Alguns desses encontros ocorreram na capital do Estado do Maranhão, São Luís, durante ações do movimento indígena ou em atendimentos médicos especializados. Para execução da pesquisa de campo realizamos a “observação participante”, entendendo observar e participar não como opositos, mas como complementares em um processo de aprender algo com alguém

(INGOLD, 2017). Os interlocutores deste trabalho foram, sobretudo, lideranças das aldeias, professores indígenas e anciões.

O texto está dividido em três partes. A primeira apresenta os Gavião e descreve o consumo e descarte dentro da Terra Indígena Governador, chamando a atenção para uma dimensão política e de reprodução de desigualdades sociais estabelecida entre pós-modernidade, consumo e descarte. A segunda volta-se as formas de manejo dos resíduos sólidos dos Gavião dentro da TI a partir da abordagem dos 5 Rs (repensar – recusar – reduzir – reutilizar - reciclar). Por fim, parte-se de uma abordagem antropológica do lixo para analisar a perspectiva Gavião sobre os resíduos sólidos e as estratégias de Educação Ambiental implementadas nas escolas indígenas voltadas a conscientização sobre o lixo e o meio ambiente.

Os Gavião, consumo e descarte na floresta.

Os Gavião Pyhcoo Catiji são falantes de uma língua do tronco linguístico Macro-Jê e são classificados como povos Timbira (NIMUENDAJU, 1946). Vivem próximo do município de Amarante do Maranhão, parte sudoeste do Estado do Maranhão. A região é conhecida como Pré-Amazônia Maranhense e se distribui entre áreas de floresta e cerrado. Atualmente os Gavião vivem em 15 aldeias, em uma população estimada de 1200 pessoas, que são o resultado de um intenso processo de dispersão e concentração de novas aldeias ocorrido nos últimos 30 anos dentro do próprio território (MELO; SOARES, 2018).

Podemos dividir em três períodos o histórico de contato dos Gavião com a sociedade nacional. Os primeiros registros são do Major de Paula Ribeiro, ainda em meados de 1800, quando identificou 15 grupos às margens do Rio Grajaú, no Maranhão (NIMUENDAJU, 1946). O segundo período é marcado pela ação das “frentes de pacificação” vindas do norte do Maranhão, Pará, Tocantins e Goiás em 1850. Em 1950 uma nova “onda” de desenvolvimento atinge os Gavião com a construção da Rodovia Belém-Brasília, trazendo os “sulistas” e a alta especulação das terras ao redor da Terra Indígena Governador (BARATA, 1981). O terceiro período se caracteriza pela concentração e dispersão de aldeias no atual território, iniciado pela necessidade de permanecerem juntos frente aos ataques de cidadãos na década de 1980 e posteriormente, motivado pela divisão e criação de novas aldeias em meados de 1990. Esse fenômeno de dispersão populacional foi acentuado nos anos 2000, quando grupos proto-gavião se separam e retornam a antigos territórios ocupados pelas gerações anteriores dentro da própria Terra Indígena Governador (MELO, 2017), criando novas aldeias conforme mostra a Figura 1.

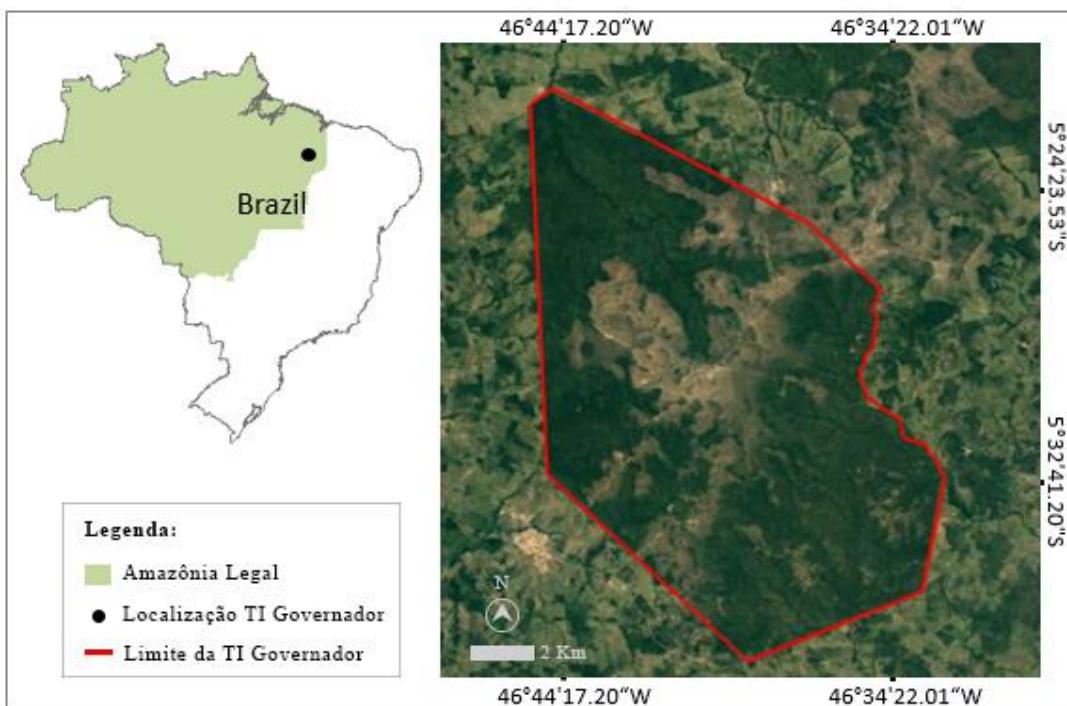


Figura 1: Localização da TI Governador, Amarante do Maranhão, Maranhão, Brasil.
Fonte: Melo *et. al.* (2022).

As narrativas sobre cada um destes ciclos de aproximação e afastamento trazem consigo narrativas sobre o interesse dos Gavião em bens industrializados, ou, mercadorias. Conforme o interesse por estas mercadorias crescia, como foi recorrente com outros povos (HOWARD, 2002), crescia o consumo e o descarte de resíduos que não se deterioraram dentro da Terra Indígena Governador.

Os caçadores mais velhos relatam que as primeiras “expedições de compra” eram realizadas por volta de 1960 usando como moeda sementes de Cumaru (*Dipteryx odorata*), árvore típica da região com funções analgésicas e broncodilatadoras. As sementes eram recolhidas na floresta durante expedições de caça ou em buscas específicas. As trocas ocorriam em um posto do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que ficava a cerca de 80 km da Aldeia Governador, na Terra Indígena Arariboia, onde vive o povo Guajajara e onde se instaurou o primeiro posto do SPI na região. Os objetos de interesse dos Gavião eram, sobretudo, metal, tecido e remédio. As “expedições de compra” traziam para aldeia facão, foice, inchada, martelo, prego, sal, assim como miçangas e metros de tecido para ser usado na confecção de roupas. Outro item de muito interesse eram os remédios para combater os sintomas da gripe, especificamente, a Aspirina, que chegava na aldeia em frascos de vidro e plástico.

Na década 1970 chegam na Terra Indígena Governador os missionários da New Tribes, vindos dos Estados Unidos. Além de missionários, eram linguistas que estudaram a língua Gavião, traduziram a Bíblia e iniciaram a

alfabetização do povo Gavião na própria língua e em português. Eram os pequenos serviços remunerados que os missionários demandavam a população indígena que interessava muito aos Gavião. Tudo que envolvesse trabalho braçal, desde a limpeza de um terreno a construção de uma casa, era demandado aos indígenas em troca de pequenas quantias de dinheiro. As cédulas que circulavam internamente na Terra Indígena Governador eram, sobretudo, aquelas vindas junto com os missionários. Lâmpadas, rádio, pilhas, espingardas, cartuchos e motores tornam-se mais comuns e presentes no interior da aldeia, assim como alguns produtos específicos, como óleo, café e açúcar, que passavam a ser objetos de interesse a partir da proximidade com a cidade que crescia ao seu redor.

Na década de 1980 os Gavião vivem de modo intenso esse processo de consumo de bens industriais. Foi o “tempo do dinheiro”, como dizem os mais velhos. É o momento que a Terra Indígena Governador é demarcada pela FUNAI e a comunidade começa a receber a compensação da empresa Vale do Rio Doce, devido aos impactos ambientais causados pela construção da Rodovia Belém-Carajás. As narrativas dos anciões contam que um helicóptero descia no pátio da aldeia, dele saiam o chefe do posto da FUNAI, soldados armados com metralhadoras e uma caixa de metal, cheia de dinheiro. Uma grande fila se formava e o dinheiro era repassado aos representantes das famílias que possuíam roça, ou trabalhavam na “roça da FUNAI” (MELO, 2017).

Nesse mesmo período, a eletricidade chega até a Terra Indígena Governador, assim como a escola. Junto com a luz elétrica e a escolarização, chegam novas necessidades e desejos de consumo. Televisões, geladeiras, fogões, cama, colchão, vasilhames, tecidos, calçados, perfumes, pentes, lanternas, facão, espingardas, munição e bicicletas eram compradas em grande quantidade. No caso das bicicletas, os anciões contam que era o objeto mais valioso que alguém poderia ter na aldeia. Por isso, muitos compravam bicicletas com sua parte do dinheiro. Quando elas quebravam ou o pneu furava, eram abandonadas em um “cemitério das bicicletas” até enferrujar ou o mato fazê-las desaparecer. É nos anos de 1980 que o álcool entra com mais intensidade na vida dos Gavião, junto com ele, garrafas e vasilhames de vidro que até hoje, são uma grande preocupação de pais e mães que temem que as crianças cortem os pés.

Entre os anos de 1990 e 2000 os Gavião começam a viver com mais tranquilidade e assistência do Estado, uma vez que passam a usufruir as benesses das políticas públicas garantidas pela Constituição a partir da demarcação da terra. O acesso ao dinheiro que vinha da Vale do Rio Doce, as políticas públicas de saúde, educação e alimentação, bem como o crescimento populacional, tornou inviável a convivência de todos os Gavião na mesma aldeia. As casas ao redor do pátio aumentavam e foi preciso fazer outro círculo ao redor do círculo inicial das casas, junto com as casas e a população, aumentavam os resíduos sólidos. Motocicletas, motosserras, materiais de pesca e caça, materiais de construção e produtos químicos, como combustível e óleo tornam-se mais presentes e visíveis nos arredores da aldeia. No

entanto, a grande transformação que se inicia nessa década é referente a degradação da Terra Indígena Governador, principalmente por madeireiros, que criou grandes alterações nos modos de vida dos Gavião. Pouco a pouco vai se tornando mais necessário recorrer a produtos industrializados, principalmente gêneros alimentícios, para suprir a demanda de alimentação da população que continuava crescendo.

Em meados de 2010 inicia-se um processo de dispersão das aldeias dentro da Terra Indígena Governador movido por diferentes conflitos internos (MELO; SOARES; 2018). O período é marcado pelo aumento do poder de consumo dos indígenas, assistidos por programas sociais como O Bolsa Família e o Bolsa Escola. Essa década também é lembrada pelos intensos conflitos com os citadinos de Amarante do Maranhão, bem como pelas mudanças cada vez mais intensas em seus modos de vida, movidas, sobretudo, pela degradação ambiental das Terras Indígenas na Amazônia (SILVA et. al., 2023). Embalagens de diferentes produtos, sacolas plásticas, eletrodomésticos, peças de moto, bicicletas, garrafas PET, antenas parabólicas, vidro, ferro e alumínio começam a se avolumar nos fundos das casas ou em locais menos movimentados da aldeia. É mais ou menos por volta de 2015 que o lixo eletrônico também se torna mais presente no interior da Terra Indígena Governador. Celulares, baterias e câmeras fotográficas passam a circular pelas mãos dos jovens e recebem o mesmo destino dos outros resíduos, a parte do fundo das casas.

Os anos de 2020 podem ser marcados por dois indicadores. A crescente invasão da Terra indígena Governador, que obriga os Gavião a reverem seus locais de caça, pesca, coleta, abertura de roças e criação de aldeias (MELO et. al., 2022), além da crise econômica impulsionada pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, que abertamente teve uma agenda anti-indígena e anti-ambiental (SILVA, 2021). O aumento no poder de consumo e da necessidade de bens industriais, principalmente de fontes de proteína, tornou recorrente o consumo e o descarte de produtos que não ocorriam com volumes tão grandes. Hoje, a cada semana, as famílias se dirigem aos supermercados de Amarante do Maranhão voltando com fardos de frango, sacos de arroz, feijão, cuscuz, açúcar, café, bolachas, salgadinho, suco em pó, fardos de refrigerante, potes de margarina, de remédios, produtos de limpeza e higiene pessoal, roupas, calçados e material escolar. Também são mais presentes os aparelhos celulares, eletrodomésticos, brinquedos infantis, bolas de futebol, materiais de caça e pesca, bicicletas, motocicletas e peças de carro. Como os dois caminhões da Funai, que desde a década de 1990 estão se deteriorando no pátio da aldeia.

Se os não-indígenas perderam as referências que os posicionavam nas “sociedades pós-industriais”, aquelas onde a economia é dominada pelo setor de serviços e não pela indústria, é evidente que uma sociedade baseada no consumo produz resíduos e descartes em maior número do que aquele que consegue consumir (ERIKSEN, 2010; BAUMAN, 2000). Essa mesma realidade incide sobre os povos indígenas na Amazônia.

No caso dos Gavião, a ação antrópica ilegal na Terra Indígena Governador cria alterações em seus modos de vida e os coloca a cada ano mais dependente dos bens industriais, principalmente, dos gêneros alimentícios vindos da cidade. Ao mesmo tempo que os Gavião estão vivendo com a degradação ambiental de seu território e o aumento de conflitos com citadinos, estão convivendo no interior das aldeias com o aumento de lixo vindo da cidade. A imagem de uma aldeia na floresta amazônica acumulando cada vez mais e mais lixo é uma boa forma de se pensar a produção de desigualdades sociais em escala regional e internacional que ocorre na Amazônia. Mas, também é mais que isso.

O manejo de resíduos sólidos entre os Gavião a partir da abordagem dos 5 R's (repensar – recusar – reduzir – reutilizar - reciclar)

Durante muitos anos de consumo e descarte na Terra Indígena Governador o lixo recebeu o mesmo destino que os resíduos de restos de alimentos, madeira e fibras naturais; era depositado atrás das casas, no quintal. As aldeias dos povos Timbira são em formato circular, com pátio ao centro e caminhos radiais que levam até o círculo onde ficam dispostas as casas (LADEIRA, 1981). Quando as famílias dentro de uma casa se tornam autônomas, com filhos e roça, constroem casas atrás das casas das matriarcas mais velhas (MELO, 2017). Por isso, escolher onde jogar o lixo é uma questão fundamental para garantir a construção de novas casas e o crescimento da população.

Os Gavião jogam os resíduos industriais que não se deterioram em um grande *buraco* feito no fundo das casas, conforme pode-se observar na Figura 2. Quando o *buraco* está cheio, o lixo é queimado. Aquilo que não se deteriora imediatamente, continua no *buraco*. Cada *buraco* é usado durante anos, mas todos sabem que não será para sempre. Se a população está crescendo, assim como o consumo e o descarte de lixo na aldeia, esse é um problema que motiva os Gavião a lidar com seu lixo.



Figura 2: Buraco onde os resíduos descartados são depositados e queimados.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023

Revbea, São Paulo, V18, Nº 5: 431-444, 2023.

Lidar com o lixo nas aldeias não é uma questão apenas dos Gavião. No Brasil e na fronteira com o Paraguai, Arisi e Canteiro (2016:381) iniciam seu texto sobre o lixo industrializado e as vivencias dos povos indígenas com a pergunta: “Povos indígenas têm “problemas” com o lixo?”. O texto mostra como dois povos, os Matis na floresta amazônica e os Ava Guarani em Ciudad del Este, lidam com o lixo. Os Matis, buscando resolver problemas com o aumento do lixo nas aldeias. Os Ava Guarani, tirando do lixo da cidade uma forma de sobreviver. As autoras também apresentam como estes povos desenvolvem atividades e reflexões sobre o lixo sugeridas por educadores ambientais, conhecida como os 5 Rs (repensar – recusar – reduzir – reutilizar - reciclar).

O modo como os Gavião tem lidado com seu lixo permite um paralelo com o artigo das autoras, apresentando atividades e reflexões sobre o lixo baseadas na abordagem dos 5Rs na Terra Indígena Governador.

Repensar. É visível a preocupação com o lixo dentro das aldeias. Ela, de certa forma, é geral. Porém, lideranças e professores indígenas tem tomado a frente dessa questão, levantando essa discussão nas escolas e propondo medidas de enfrentamento. Como, por exemplo, a Gincana Cultural do Meio Ambiente.

Recusar. Poluentes químicos e resíduos de eletrônicos são alvo de muita preocupação, mas não há movimento de recusar a entrada destes produtos na Terra Indígena. Celulares são objetos de muito interesse.

Reducir. Os Gavião buscaram por meio do Plano de Gestão Territorial das Terras Timbira reestabelecer a soberania alimentar do povo, justamente para reduzir o consumo de produtos alimentícios industrializados. Consequentemente, reduzir o descarte de plástico dentro das aldeias. Mudas de frutas nativas foram cultivadas e distribuídas para todas as aldeias, sementes, manivas de mandioca e equipamentos foram adquiridos para auxiliar a abertura de roças, assim como 14 casas de farinha foram construídas com o mesmo objetivo.

Reutilizar. Muitos resíduos são aproveitados. Sacolas de plástico mais resistentes permanecem durante anos armazenando bens pessoais ou domésticos. As latas são muito utilizadas para fazerem raladores de mandioca, depois de abertas e furadas pelo lado contrário, são pregadas em pedaços de madeira. Hoje, bicicletas e motocicletas são utilizadas até que se estraguem totalmente. O mesmo ocorre com celulares, camas, colchões, tecidos e eletrodomésticos.

Reciclar. Não há reciclagem entre os Gavião. Mas, durante a Gincana Cultural do Meio Ambiente, realizada em 2021 e 2022, o lixo recolhido foi levado de caminhão até a saída da Terra Indígena Governador, sendo depositado em um ponto de coleta na Br 277, próxima ao município de Amarante do maranhão. O objetivo era de retirar, literalmente, o lixo que não era produzido pelos próprios Gavião de suas terras.

As experiências dos Gavião com o lixo na floresta e os 5 Rs se aproximam daquelas do povo Matis (Arisi; Canteiro, 2016). Mas, podemos olhar ainda mais de perto o lixo dos Gavião. Isso porque “*o lixo não é um objeto autoevidente, mas uma categoria socialmente construída, o resultado de uma separação*” (COLOMBIJIN; RIAL, 2016, p.20).

Experiência com o lixo e Educação Ambiental: a Gincana do Meio Ambiente realizada nas escolas da Terra Indígena Governador

Sabemos pouco sobre o manejo de lixo em comunidades indígenas, mas aquilo que sabemos nos indica que o lixo é um problema para os povos indígenas. É um problema porque tem implicações sérias na saúde dessas populações (COIMBRA JR. et. al., 2013). Também é um problema de outra natureza, porque parte de uma concepção sobre o lixo distinta daquela nossa, que por sua vez desencadeia uma relação distinta entre humanos e lixo.

Uma abordagem antropológica do lixo nos deu elementos para pensar outras dimensões das interações entre os humanos e seus lixos. Algo que acreditamos ser muito positivo, uma vez que olhares diferentes sobre questões similares podem substituir soluções simplistas por respostas contextualizadas e novas perspectivas (COLOMBIJIN; RIAL, 2016).

Em 2021, pensando no aumento do acúmulo de lixo nas aldeias, os professores indígenas e as lideranças entenderam que era necessário uma conscientização das crianças, jovens, adultos e idosos sobre o lixo e a importância de um meio ambiente equilibrado. Algo que os próprios professores indígenas entendem como Educação Ambiental.

Correia (2015) relata que a Educação Ambiental teve sua primeira inspiração por influência do filósofo Jean-Jacques Rousseau no ano de 1712, que defendia o meio ambiente e a ética. Porém os educadores passaram a se dedicar aos estudos ambientais a partir das décadas de 1960 e 1970, com destaque para a carta de Belgrado que foi redigida na Iugoslávia pela Organização das Nações Unidas – ONU, bem como a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em 1977 em Tbilisi como raiz da Educação Ambiental. A Educação Ambiental (EA) é um mecanismo capaz de possibilitar mudanças de pensamentos e atitudes na humanidade, de maneira que, partindo de uma consciência crítica, posicionem-se como indivíduos com hábitos sustentáveis. São várias as definições acerca da EA, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a Educação Ambiental é um processo contínuo, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros (BRASIL, 2006).

Portanto, entende-se a Educação Ambiental como um processo educativo permanente, dinâmico, criativo, interativo, com aspecto multidisciplinar, que permite aos indivíduos conhecer as leis que regem a natureza, reconhecer os problemas ambientais globais e locais e melhorar os

aspectos históricos, sociais, e culturais do seu contexto ambiental, assim obtendo competências, habilidades e consciência crítica (MORENO, 2016).

Os professores indígenas e as lideranças, principalmente as mais jovens, entendem o que é Educação Ambiental e qual sua importância. Há algum tempo o movimento indígena tem se apropriado de pautas ambientais, bem como do discurso de ambientalistas, como forma de garantir seus territórios e a continuidade da vida. Um bom exemplo é o trabalho que David Kopenawa realiza no Brasil e exterior, destacando tanto a diversidade cultural e o direito a terra dos povos indígenas, quanto a relevância destas regiões para o clima no mundo.

Com o objetivo de desenvolver ações de conscientização ambiental através das escolas indígenas no território, os professores indígenas organizaram a Gincana do Meio Ambiente, realizada na Escola Indígena da Aldeia Governador nos anos de 2021 e 2022. O formato inicial da atividade é bastante semelhante as ações desenvolvidas em escolas não indígenas, mas a forma como foi desenvolvida a gincana aproximou os conhecimentos tradicionais e científicos na experiência das crianças com o lixo.

As crianças e jovens não foram divididas conforme a seriação escolar que ocupam, como costuma ocorrer nas escolas não indígenas. Os alunos e alunas foram distribuídos nas equipes conforme os grupos ceremoniais que fazem parte. Os grupos ceremoniais são conjuntos de pessoas que irão desempenhar ações coletivas durante a execução dos rituais, como por exemplo, realizar uma caçada ou corrida de revezamento. Participam de cada grupo ceremonial as pessoas que possuem um conjunto de nomes respectivo para aquele grupo, nomes que lhes foram atribuídos no seu nascimento (MELO, 2017).

Adultos e idosos que não estavam matriculados, mas que são pertencentes a cada um destes mesmos grupos ceremoniais, foram convidados a auxiliar os mais novos nas tarefas, conforme mostra a Figura 3. Dessa forma, a ação vinculava na mesma atividade os alunos e a comunidade da aldeia, o conhecimento científico e conhecimento tradicional.



Figura 3: Crianças, jovens e adultos recolhendo lixo durante a Gincana do Meio Ambiente.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Revbea, São Paulo, V18, N° 5: 431-444, 2023.

É interessante destacar a inserção deste conhecimento tradicional na Gincana, porque uma vez que o ensino é bilíngue, esse conhecimento do povo Gavião deve ser transmitido também pela escola. Hoje sabemos por meio de muitas pesquisas que o conhecimento indígena é considerado valioso em diferentes aspectos em todo mundo, que comunica aos não indígenas um saber que é sucesso no manejo do meio ambiente em tempos de crise ambiental (BOCCO *et al.*, 2000; FANY, 2004; LITTLE, 2005; NURSEY-BRAY *et al.*, 2019).

As atividades da Gincana envolviam conhecimentos tradicionais e sua relação com o meio ambiente, como o conhecimento do próprio território, da fauna, flora e de fazeres tradicionais. Por exemplo, em uma das tarefas a equipe que voltasse mais rápido ao pátio da aldeia com um bacuri ganharia ponto. Para isso, é necessário saber o que é um bacuri, fruta típica da região e onde estão os pés de bacuri.

Em outra atividade da Gincana, desenvolvida em 2022, a equipe que cantasse primeiro uma música de algum dos rituais seria vencedora. Outra atividade que envolveu muitas pessoas foi quando a equipe que primeiro retirasse palha de buriti e tecesse um artefato seria campeã.

Nos dois anos de realização da Gincana do Meio Ambiente, um mutirão de limpeza retirou os resíduos industriais encontrados pelo círculo das casas e no pátio da aldeia. Os resíduos foram levados de caminhão até a cidade de Amarante do Maranhão. A ideia dos professores e diretores da escola é que a Gincana ocorra anualmente.

É justamente a competência que esse manejo do próprio território tem revelado que se tornou foco de muitas pesquisas de Educação Ambiental. A Educação tem considerado a importância dos saberes e fazeres dos povos tradicionais sobre o meio ambiente, tendo utilizado deste conhecimento como forma de preservação ambiental em todos os ecossistemas do país (CAPITANGO; CALLEJAS, 2019; OLIVEIRA *et.al.*, 2021).

O aumento de lixo preocupa os Gavião, mas não ao ponto de criar conflitos entre os próprios moradores das aldeias. Eles reconheçam que algumas famílias têm mais preocupação com o lixo do que outras, o que desencadeia pontos de acúmulo de lixo que com os ventos, se espalham para todos os lados. No entanto, a ausência de conflitos não esconde o perigo eminente do aumento do lixo e a preocupação que hoje ronda as aldeias.

Considerações

Há pouca literatura no Brasil e na América Latina sobre o manejo de resíduos sólidos feito por populações indígenas. Mas, o olhar sobre algumas dessas vivencias podem criar um panorama dessa situação nas aldeias da floresta e da cidade.

Os 60 anos de consumo e descarte na Terra Indígena Governador acompanharam momentos de maior ou menor proximidade com a sociedade nacional. Quanto mais perto, mais perto dos bens industriais e dos conflitos com os citadinos.

As experiencias de manejo de resíduos dos Gavião em suas aldeias têm lhes garantido um parcial controle sobre a situação, uma vez que a maior parte dos resíduos orgânicos continua sendo jogada no fundo das casas. Aqueles que não se deterioraram são queimados em um grande *buraco* construídos nos fundos das casas.

A Gincana Cultural do Meio Ambiente, realizada 2021 e 2022 com alunos e comunidade na Aldeia Governador, tematizando a questão do lixo, é talvez o grande sinal da preocupação dos Gavião com o acúmulo de resíduos industriais no interior das aldeias.

Se por um lado o aumento de lixo nos interiores das aldeias é uma imagem que reflete os erros de uma sociedade baseada no consumo, por outro, as formas como estes povos têm lidado com o lixo apontam práticas e perspectivas distintas daquelas conhecidas pelos educadores e gestores ambientais. A diferença aqui soma, enriquece nossas formas de lidar com o lixo e nos coloca mais perto de adiar o fim do mundo.

Referencias

- ARISI, B. M.; CANTERO, M.A. Lixo industrializado, consumo e descarte: vicências dos povos indígenas Matis (Amazônia, Brasil) e Guarani (Cuidad del Este, Paraná, Paraguai). In: RIAL, C. (org). **O poder do lixo: abordagens antropológicas sobre resíduos sólidos**. Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Antropologia, pp. 381-399, 2016.
- BOCCO, G.; VELÁSQUEZ, A.; TORRES, A. Ciéncia, Comunidades Indígenas y Manejo de Recursos Naturales: um caso de investigacion participativa em México. **Interciencia**, v.25, 64- 70, 2000.
- BARATA, M.H. Os Pukobyê e os Kupen: análise de um drama. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília. 1981.
- BAUMAN, Z. **Liquid modernity**. Cambridge and Malden: Polity Pressa, 2000.
- CAPITANGO, J.; CALLEJAS, G. V. Conhecimentos, experiências e práticas vitais tradicionais indígenas como fundamento para a construção de uma cultura de sustentabilidade. **Revista de Educação Ambiental**. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. v. 24, n.2, 2019.
- COLOMBIJIN, F.; RIAL, C. Introdução: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos nas sociedades pós-industriais. In: RIAL, C. (org). **O poder do lixo: abordagens antropológicas sobre resíduos sólidos**. Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Antropologia, pp.7-41, 2016.

- ERIKSEN, T.H. Human security and social anthropology. *In: BAL, E.; SALEMINK, O. (org). A world of insecurity: Anthropological perspectives on human security.* London and new York: Pluto Press, p.1-19, 2010.
- FANY, R. **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza:** o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.
- FERRANTE, L.; FEARNSIDE, P. M. Indigenous lands protect Brazil's agribusiness. **Science.** v.376 (6595): 808, 2022.
- GORDON, Cesar. **Economia selvagem:** ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre. Rio de Janeiro, UNESP, 2006.
- HARAWAY, D. Antropoceno, Capitóloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **Climacom Cultura Científica.** v.3, n.5: p.139-146. 2016.
- HOWARD, C.V. A domesticação das mercadorias: Estratégias Waiwai. *In: BRUCE, A.; RAMOS, A.R. (org). Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico.* São Paulo, 37-56, 2002
- INGOLD, T. Antropologia versus etnografia. **Cadernos de Campo.** v.26, n1, p.222-228, 2017.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo, Companhia das Letras, 2019.
- LIBORIAN, M. Plasticizers: a twenty-first-century miasma. *In: GABRYS, J.; HAWKINS, G; MICHAEL, M. Accumulation: the material politics of plastic.* London and New York: Routledge, 2015.
- MATAVELI, G.; CHAVES, M.; GUERRERO, J.; ESCOBAR-SILVA, E.V.; CONCEIÇÃO, K.; OLIVEIRA, G. Mining Is a Growing Threat within Indigenous Lands of the Brazilian Amazon. **Remote Sens.** v.14, n.4092, p.1-13, 2022.
- MELO, M. O Nome e a pele: nominação e decoração corporal Gavião (Amazônia maranhense). **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/ispui/handle/tede/2077>>. Acesso em 09 de agosto de 2023.
- MELO, M.; SOARES, L. R. Redes de relações Timbira: estudo de caso a partir dos etnônimos em uso pelos Ramkokamelra\Canela e os Gavião Pyhcop catiji. **Revista Pós Ciências Sociais.** v.15:15-31, 2018.
- MELO, M.; SILVA, F. B; SANTOS FILHO, O. Conhecimento indígena, sistema de manejo e mudanças ambientais na região de transição Amazônia-Cerrado. **Desenvolvimento e Meio ambiente.** v.59: 1-22, 2022.
- NIMUENDAJU, C.U. **The Eastern Timbira.** California, University of California Press. 1946
- NURSEY-BRAY, M.; PALMER, R; SMITH, T.F; RIST, P. Old ways for new days: Australian Indigenous peoples and climate change. **Local Environment,** v. 24, n.5, p.473-486, 2019.

OLIVEIRA, G.; QUEIROZ, L. N.; MAIA, R. C. Etnoecologia e Educação Ambiental sobre manguezais com indígenas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v.16: 88-104, 2021.

PEIRANO, Marisa. "Etnografia não é método". **Horizontes Antropológicos**, v.42: pp.377-391, 2014.

JOHNSON DE AREA, L.; FERREIRA, P.J.S.; RIBEIRO, L.C.S.; CARVALHO, T.S.; PEREIRA, H.B.B. Policy in Brazil (2016–2019) threaten conservation of the Amazon rainforest. **Environmental Science & Policy**, v.100, p.8-12, 2019.

SILVA JÚNIOR, C.; ALVORADO, S.T.; CELENTANO, D.; ROUSSEAU, G.; HERNANDEZ, L.M.; FERRAZ, T. M.; SILVA, F.B.; MELO, M.; RODRIGUES, T.C.S.; VIEGAS, J.C.; SOUZA, U.D.V.; SANTOS, A.L.S.; BEZERRA, D. 2021. "Northeast Brazil's imperiled Cerrado". **Science**, v.30, n.1, 2021.

SILVA JUNIOR, C.; SILVA, F.; ARISI, B.M.; MATAVELI, G. PESSOA, A.C.M.; CARVALHO, N.S.; SILVA, P.V.M; RIBEIRO, F.D.; SIQUEIRA-GAY, J.; ALENCAR, A.; SAATCHI, S.; ARAGÃO, L.E.O.C; ANDERSON, L.; MELO, M. Brazilian Amazon indigenous territories under deforestation pressure. **Scientific Reports**, v.13, n.5851, p.1-9, 2023.

TSING, A. L. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no antroponoceno. Brasília, IEB, Mil Folhas, 2019.